

ATA N.º 16

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BARROSELAS E CARVOEIRO REALIZADA A VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE 2021

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e um, nesta localidade de Barrocelas, no edifício sede da Junta, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia de Freguesia. Estiveram presentes os seguintes membros: Sofia de Lurdes Rosas da Silva (que presidiu à reunião), Nuno Miguel Esteves Peixoto (1.º Secretário), Aníbal Félix Vieira de Queiroz, António Crespo Sousa e Silva, Carlos Alberto Ribeiro da Silva, Jaime de Jesus Pinto Maciel, Márcia Andreia Gomes de Magalhães e Rui Manuel Costa Palma. Não esteve presente na reunião Maria da Conceição da Cunha Maciel, que apresentou justificação de falta e solicitou a sua substituição nos termos da lei, efetuada por Carlos Alberto Nogueira Machado. Também se encontravam presentes na reunião os membros da Junta de Freguesia: Rui Miguel Barbosa de Sousa, Marçal Miranda Almeida e Natália Maria Gomes Ferreira.-----

A ordem de trabalhos da reunião era a seguinte (Anexo A): 1. Projeto de Ampliação e Fusão dos Núcleos de Exploração Integrados nas Concessões Mineiras C37 (Bouça da Guelha) e C49 (Alvarães); 2. Período de intervenção do público presente.-----

No âmbito do primeiro ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia fez um enquadramento daquilo que se pretende desta Assembleia de Freguesia em relação à proposta de emissão de parecer negativo ao projeto em análise. Referiu-se aos fundamentos do parecer apresentado. Inscreveram-se a respeito os Srs. Jaime Maciel e Carlos Silva. -----

O Sr. Jaime Maciel referiu-se a uma situação que não é nova. O que está em questão parece ser a legalização de uma exploração existente. São conhecidas as condições em que se tem expandido naquela zona. O que torna preocupante é que pretendem alargar aquela exploração. Não devemos ser permissivos com a maneira como essas explorações se fazem e as explorações mineiras em Portugal são conhecidas por não se cumprirem os preceitos ou regras dos estudos de impacto ambiental. Este estudo de impacto ambiental já foi eventualmente solicitado há muitos anos e só agora se faz. A empresa não está a dar nenhuma contrapartida à população e preocupam as lagoas que ali se vão formar, que são zonas perigosas,

Nota

1
2

havendo já há histórico de acidentes. Aquilo que é proposto não garante segurança. E há também o eventual problema da falta de controlo. Vai ser negativo para quem tem propriedades na zona, provavelmente vai ver-se forçado a vender por um preço muito barato. A empresa vai ganhar, é certo. Mas e o que fica em benefício das populações? -----

O Sr. Carlos Silva referiu-se à poluição do ar, devido às poeiras que são geradas e que causam problemas de saúde nas populações. A população está a ser prejudicada e quem ganha é a empresa. Referiu-se a um problema de escorrência de águas a céu aberto. Informou que Câmara Municipal já tem conhecimento desta situação desde 2018. Referiu que se deve até colocar a possibilidade de uma providência cautelar, que se deve fazer tudo o que estiver ao nosso alcance.-----

Finda a análise e discussão, procedeu-se à votação da proposta de parecer negativo relativamente ao Projeto de Ampliação e Fusão dos Núcleos de Exploração Integrados nas Concessões Mineiras C37 (Bouça da Guelha) e C49 (Alvarães), tendo a emissão de parecer negativo sido aprovada por unanimidade, com nove votos a favor. -----

O Sr. Carlos Silva solicitou ainda à Assembleia de Freguesia a leitura de dois documentos: uma denúncia e uma moção para o desenvolvimento sustentável da União de Freguesias. Ficou acordado com a Mesa da Assembleia que a denúncia será enviada à Junta de Freguesia da União de Freguesias. Ficou também acordado que o documento para desenvolvimento sustentável da União de Freguesias será trabalhado pela Assembleia e trazido novamente a reunião.-----

No âmbito do segundo ponto da ordem de trabalhos, Intervenção do Público presente, inscreveram-se os Srs. Élio Maciel, Álvaro Queirós, João Cachada, Rogério Barreto, Raúl Cunha e Paula Veiga.-----

O Sr. Élio Maciel alertou para a situação do Monte da Enfia e referiu que existe uma Rua da Enfia que está praticamente destruída. Havia lá o penedo da mulher que definia as quatro freguesias, associado ao imaginário e ao património cultural da comunidade e isso desapareceu.-----

O Sr. Álvaro Queirós revelou a sua preocupação e observou que provavelmente a maioria da população não tem conhecimento desta situação e solicitou que a Junta enverede todos os esforços para que a população tome conhecimento. As pessoas vão ficar sem os seus terrenos pelo dinheiro que a empresa entender. Vai prejudicar toda a população da freguesia em particular daquela zona. Não sabe qual o posicionamento da Junta de Freguesia de Alvarães ou de Vila de Punhe. Considerou que o parecer apresentado para votação podia estar mais desenvolvido. Não concorda que se deva pensar em como vamos ser

1
2
3

compensados. Pediu à Junta de Freguesia que procure informar as pessoas da zona e que devemos fazer tudo o que pudermos para evitar isto.-----

O Sr. João Cachada referiu que a extração está protegida pela lei, que interessa que a situação da população seja salvaguardada e que as entidades assegurem condições de salvaguarda do património, da saúde e do ambiente. A consulta pública termina em 2 dias e deveríamos chamar familiares e amigos para participar. Temos que estar em cima de quem fiscalizar e sensibilizar as freguesias vizinhas. Devemos criar um elo de ligação e salvaguardar o bem-estar de Barroelas.-

O Sr. Rogério Barreto referiu-se à união de esforços presentes na reunião por um objetivo comum: o bem-estar das comunidades. Manifestou o seu acordo com aquilo que os intervenientes foram dizendo. A atividade económica desta empresa visa o lucro através de um recurso que nos pertence e que exploram e já agora aumentar. Os problemas vêm de há muito tempo. A extração não respeita as comunidades e a empresa não fez nada para cobrir as crateras realizadas. Foi explorar ao máximo e ninguém se manifestou. Este tipo de exploração é tirar ao máximo e não resolver os problemas criados, não há obrigações nenhuma, não há compensações às populações por um recurso que lhes pertence. O Estado tem permitido que isto aconteça. As consequências são a escorrência desregrada de águas, o impacto na saúde pública, no ambiente, o desgaste das vias, etc.. Por isso é importante debater, para que a fiscalização seja efetiva e eficaz, por parte da Junta de Freguesia, da Câmara Municipal e das entidades responsáveis. Importa também acautelar o património. Referiu-se a um caminho medieval. O caminho vai ficar no alto das crateras. Talvez não possamos utilizar esses caminhos. Também se referiu ao campo da Enfia.-----

O Sr. Raúl Cunha referiu que a reunião devia ter ocorrido mais cedo, logo que se tomou conhecimento da situação. Nota pouca sensibilidade em relação ao ambiente por parte de diversos organismos. Referiu-se a uma notícia sobre o crime ambiental. Em cerca de 82 200 processos, cerca de 167 arguidos. Na sua perspetiva vai continuar-se a praticar crime ambiental. Considera que os presidentes de Junta das freguesias implicadas no projeto deviam estar aqui e o Presidente da Câmara também. O problema não é só nosso. Todas as terras têm que fazer alguma coisa pelo ambiente e começar já. As pessoas têm que pensar nos recursos e os que saem e que não se vão renovar. A população vai perder qualidade de vida, vamos perder habitantes. Temos que pensar na economia sustentável. Questionou se o Presidente da Junta sabe qual a posição do município. Pelo que leu, o Sr. Presidente da Câmara considera o projeto uma oportunidade. Referiu que esta reunião deve mista (presencial e digital). As associações não estão cá. Gostaria de as ter visto cá e

trabalhar em conjunto. A Junta de Freguesia devia disponibilizar os serviços administrativos para ajudar quem quer participar.-----


A Sra. Paula Veiga informou que levou o assunto a reunião da Câmara Municipal. Explicou que diz respeito a uma situação comum a todo o país: projeto nacional e visa a revitalização económica e de entre as várias áreas, a exploração mineira. A preocupação é a forma como a exploração mineira é feita. Há um dever consignado na Constituição da República Portuguesa que diz que todo o cidadão deve zelar pelo ambiente. Existe a ideia que o paradigma económico move o mundo, mas o que importa são as condições de vida e na sua base está o ambiente. Ao haver uma fusão e ampliação da extração mineira, vai haver um impacto na qualidade de vida das pessoas. Hoje estamos mais despertos para estas questões e temos que exigir. Estas questões são transversais a todos. Estão em causa as nossas condições de vida.-----

O Sr. Presidente da junta agradeceu os contributos de todos e teceu algumas considerações finais.-----

No final dos trabalhos, foi lida e aprovada, por unanimidade, a ata número dezasseis, respetiva à presente reunião, e assinada nos termos da lei.

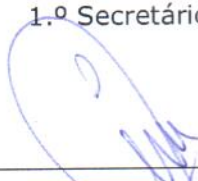
Nada mais havendo a tratar, eram vinte e três horas e treze minutos, quando a Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a reunião.-----

A Presidente da Assembleia de Freguesia



(Sofia de Lurdes Rosas da Silva)

1.º Secretário



(Nuno Miguel Esteves Peixoto)